

Fecha de recepción: 10-marzo-2023

Fecha de aceptación: 24-enero-2024

REFLEXOS DA PANDEMIA DE COVID-19: ESTUDO DE CASO EM UMA COMUNIDADE NA AMAZÔNIA TOCANTINA

Marlei Prestes Balieiro¹, Cezário Ferreira dos Santos Junior², Meirevalda do Socorro Ferreira Redig², Antonio Marcos Quadros Cunha², Marcelo Rodrigues Lopes³, Odenira Corrêa Dias^{4,5*}

¹Bacharelado em Agronomia, Faculdade de Agronomia da Universidade Federal do Pará – FAGRO/UFGPA, Campus de Cametá – PA.

²Faculdade de Agronomia, Universidade Federal do Pará. Trav. Pe. Antônio Franco, 2617 –CEP 68400-000; Cametá-PA.

³Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Avenida Presidente Vargas 417 – Centro Rio de Janeiro- RJ CEP 20.071-003.

⁴Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, INEAF.

⁵Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (INEAF), Universidade Federal do Pará. Rua Augusto Corrêa, Nº 01 - Campus Universitário do Guamá; Cep: 66075-110; Belém, Pará, Brasil.

*Correio: nira182017@gmail.com

RESUMO

A agricultura familiar é a principal responsável pelo abastecimento alimentar no Brasil e está diretamente ligada à segurança alimentar e ao desenvolvimento rural. Com a chegada da pandemia de COVID-19, em 2020, os agricultores familiares sofreram impactos econômicos devido ao isolamento social estabelecido a fim de conter a propagação do novo Coronavírus e evitar o colapso do sistema de saúde. Diante disso, este trabalho teve como objetivo compreender e analisar as dificuldades dos agricultores familiares que compõem a comunidade de remanescentes quilombolas de Porto Alegre durante a pandemia do COVID-19. Quanto à metodologia, esta pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, exploratória e qualitativa. A coleta de dados ocorreu por meio da aplicação de questionários em diferentes unidades familiares que compõem a comunidade de Porto Alegre. Os resultados da pesquisa identificaram que a pandemia trouxe impactos, especialmente, em relação ao escoamento da produção, aumento da vulnerabilidade social, redução da renda dos produtores e o risco da insegurança alimentar.

PALAVRAS-CHAVE: agricultura familiar, saúde, segurança alimentar.

REFLECTIONS OF THE COVID-19 PANDEMIC: A CASE STUDY IN A COMMUNITY IN THE TOCANTINA AMAZON

ABSTRACT

Family farming is the main responsible for food supply in Brazil and is directly linked to food security and rural development. With the arrival of the COVID-19 pandemic in 2020, family farmers suffered economic impacts due to the social isolation established in order to contain the spread of the new coronavirus and avoid the collapse of the health system. In view of this, this work aimed to understand and analyze the difficulties of family farmers who make up the remaining quilombola community of Porto Alegre during the COVID-19 pandemic. As for the methodology, this research is characterized as bibliographic, exploratory and qualitative. Data collection occurred through the application of questionnaires in different family units that make up the community of Porto Alegre. The results of the research identified that the pandemic brought impacts, especially in relation to the disposal of production, increased social vulnerability, reduced income of producers and the risk of food insecurity.

KEYWORDS: family farming, food security, health.

INTRODUÇÃO

É inegável a necessidade em se debruçar a descrever informações que revelem como se apresentam os “novos contextos” dos territórios afetados pela pandemia da COVID-19. Tendo iniciado no final de 2019, com picos no primeiro semestre de 2020 em todos os continentes, alguns especialistas chegam a considerar a pandemia como o marco do encerramento efetivo do século XX e início do século XXI, que veio a provocar crises em todas as dimensões da vida humana, trazendo consigo profundos efeitos para a Amazônia (Claudino, 2020; Leopoldo, 2020).

No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou a Pandemia por COVID-19 (OPAS, 2020). Após essa declaração e reconhecendo o agravamento da crise sanitária, no Brasil, o Congresso Nacional decretou a ocorrência do estado de calamidade pública em 20 de março de 2020 (Brasil, 2020), provocando assim, modificações significativas nas relações sociais, econômicas e culturais (Da silva et al., 2020).

A gravidade da pandemia é ressaltada pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) – (Brasil, 2020), a qual comenta que a mesma é responsável pela mais séria

crise de saúde desde a epidemia de Gripe Espanhola de 1918-1919, pela maior crise econômica desde a Grande Depressão de 1929 e pela maior crise humanitária desde a Segunda Guerra Mundial. Os dados referentes à contaminação pela pandemia, demonstram a sua gravidade, pois em 31 de janeiro de 2022, o número de infectados em todo o mundo atingiu 376,478,335 pessoas, com 5,666,064 mortes (1.5% de letalidade), em mais de dois anos de duração (OMS, 2022).

Os efeitos da pandemia afetam de maneiras distintas a sociedade em todos os países do mundo, atingindo alguns setores mais que outros (Soendergaard, 2020), desde o de matérias-primas, de transformação, até o de serviços, as medidas restritivas de circulação impactam os sistemas de produção e as redes de comercialização (Leopoldo, 2020). Loeblein (2020) ressalta que a suspensão de quase todas as atividades e a circulação de pessoas, simultaneamente, em diversos países, compõem um dos mais marcantes impactos e incertezas que foram vivenciadas.

Acrescenta-se uma importante consideração de que um dos efeitos da pandemia foi a decretação da falência de grandes empresas e o agravamento da miséria daqueles/as que já viviam em situações de pobreza (Komatsu e

Menezes-Filho, 2020). Segundo Silva e Silva (2021), a acentuação da pobreza emerge da impossibilidade ou dificuldade de circulação social e que levou as populações periféricas ao aprofundamento de suas vulnerabilidades, à perda de emprego e fontes de renda ou mesmo à necessidade de continuar se expondo às possibilidades de contágio para não perder seu sustento.

Sobre a discussão iniciada acima, é importante destacar, a partir das considerações de Schappo (2021), que a pandemia adentrou no Brasil numa conjuntura de ampliação do trabalho precário e informal, dificultando a relação entre renda e atendimento às necessidades básicas, como a alimentação. De acordo com informações do documento publicado pela Organização Internacional do Trabalho (Ilo, 2020), as medidas necessárias ao combate da COVID-19, afetariam os níveis de pobreza relativa das trabalhadoras e dos trabalhadores da economia informal e aprofundaram em até 56 pontos percentuais nos países de baixa renda. A pandemia visibilizou e potencializou uma realidade enfrentada há anos por diferentes segmentos da população brasileira: as desigualdades sociais de classe, gênero, raça, etnia e território, a doença que chegou pelos portões dos aeroportos internacionais das principais cidades do país, alcançou todo o território nacional, sobretudo os que já viviam em situação de precariedade (Costa, 2020). Focalizando atenções em como a pandemia afetou os trabalhadores e trabalhadoras rurais, Claudino (2020) constata que os setores da produção e comercialização foram os mais afetados, havendo perdas econômicas expressivas, muito mais intensas entre aquelas famílias ou grupos mais vulneráveis. O autor complementa que os impactos econômicos para os agricultores familiares e camponeses foi alto, especialmente para os que possuíam menor diversificação da produção e dos meios de comercialização, haja vista que com as restrições de transporte público, aqueles sem veículos particulares foram os mais prejudicados.

Buscando-se compreender as modificações no cotidiano socioeconômico de agricultores familiares da Amazônia brasileira, concorda-se com Silva *et al.* (2020a), ao ressaltar que este grupo social na região padece de

desigualdades socioeconômicas históricas que estão relacionadas diretamente à ausência do Estado. Os autores complementam salientando que no período anterior à pandemia, as carências no sistema de saúde e condições de trabalho e geração de renda, já eram latentes, sendo agora maximizadas atreladas à COVID-19, ganhando ainda maior proeminência.

Silva *et al.* (2020b), avançam ao debate comentando que as populações rurais no interior da Amazônia têm enfrentado ainda mais dificuldades em virtude da pandemia por estarem localizadas em áreas classificadas como de maior vulnerabilidade. Só no estado do Pará em 2022 no mês de fevereiro houve um total de 656,272 casos e 17,382 óbitos, com uma taxa de mortalidade de 2.65%, tornando-se o 12º estado da federação em números de casos (Sespa, 2022).

As Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs) se apresentam como grupos étnicos em destaque no estado do Pará, que segundo Silva *et al.* (2020c), são grupos reconhecidos constitucionalmente e especializados em quase todo o território nacional. Os autores ressaltam que o território quilombola, vem sendo há muito tempo negligenciado pelo Estado brasileiro, apesar de ter direitos reconhecidos a partir da promulgação da Constituição Federal em 1988, e com o Decreto 4.887/2003 que dispõe sobre a demarcação dos territórios quilombolas (Silva *et al.*, 2020c).

Segundo Silva e Silva (2021), a população negra, majoritária em territórios marginalizados, como as comunidades quilombolas, vem sofrendo há anos com as desigualdades sociais que os submetem ocupando posições inferiores na sociedade. As autoras elencam diversos fatores que têm agravado a situação da população negra, como a exposição ao risco de contaminação; a falta de materiais básicos de higiene para se protegerem; a impossibilidade de ficarem em casa em distanciamento social; a violência; a morte. Esta situação ratifica o comentário de Silveira (2020), de que as comunidades quilombolas sofrem ausência de reconhecimento e se tornam descartáveis na administração do Estado sobre a COVID-19 (Silveira, 2020).

Entretanto, apesar de toda negligência para com estes territórios, Silveira (2020) ressalta que as comunidades quilombolas carregam historicamente traços marcadamente de luta, haja vista que essa é condição histórica de sua existência. Assim, historicamente as comunidades do interior da Amazônia, possuem uma capacidade alta para adaptação das dinâmicas ambientais e econômicas características da região (Lima, 1999; Harris, 2009).

Embasando-se no pressuposto da capacidade de resistência e adaptação dos agricultores familiares à alteração de contextos econômicos e sociais, o objetivo deste trabalho é compreender como a pandemia de COVID-19 interferiu no cotidiano socioproductivo da comunidade quilombola de Porto Alegre, no município de Cametá, Estado do Pará. Ademais, busca-se também vislumbrar possíveis estratégias e novas dinâmicas produtivas que possam ter emergido a partir das mudanças nos padrões de produção e comercialização decorrentes das ações de prevenção à COVID-19.

MATERIAL E MÉTODOS

Revisão de literatura. Na busca de se construir um referencial que ilustre a realidade da comunidade quilombola de Porto Alegre, salienta-se que segundo o que pontua Pinto (2010), o território surgiu no final do século XVIII, com a vinda de pessoas de comunidades vizinhas, em sua maioria negros fugidos do sistema de escravidão, que tinham na mata e na distância a proteção que buscavam e necessitavam. Ainda segundo a autora, estes produziam em pequenas roças a mandioca, o milho e o arroz, além de praticarem a caça, a pesca e o extrativismo, o que lhes assegurava boa alimentação.

Conforme Pinto (2013), as festividades religiosas nos povoados negros rurais da região têm papel preponderante na construção do território quilombola, haja vista que tais festividades surgiram em torno de pequenas irmandades de homens e mulheres que se reuniam para cultuar santos. Corroborando com as reflexões dos autores Lopes, Medeiros e Tecchio (2020) ressaltam que em Porto Alegre as festas católicas permeiam o

cotidiano do território, sendo a mais expressiva entre os quilombolas dali a festa de Nossa Senhora da Conceição, padroeira da comunidade, a qual ocorre anualmente, no mês de dezembro.

Lopes, Medeiros e Tecchio (2020), destacam que um dos fatos importantes na história da construção do território de Porto Alegre é a constituição da Associação dos Remanescentes de Quilombos de Porto Alegre (ARQUIPA), criada em 2006, com importante apoio da MALUNGU, que é uma organização sem fins lucrativos e econômicos, que representa as comunidades quilombolas do Pará, e desempenhou um importante papel ao apoiar a comunidade com recursos financeiros, cursos e auxílio com a documentação necessária ao processo de formalização dessa associação (Siqueira, 2019). Este apoio e atuação da ARQUIPA potencializaram com que a comunidade obtivesse o Título de Reconhecimento de Domínio Coletivo junto ao Instituto de Terras do Pará (ITERPA), em novembro de 2007. Segundo Siqueira (2019) afirma que com a titulação: “*Abriram-se os horizontes para o acesso da comunidade a inúmeros benefícios, como o estabelecimento de relações com instituições de pesquisa e de ensino, órgãos representativos e o acesso a políticas públicas*”.

Pautando-se nas atividades agrícolas que se desenvolvem na comunidade de Porto Alegre, Lopes, Medeiros e Tecchio (2020) relatam que as ações produtivas como a abertura de áreas, o plantio e as colheitas dos primeiros produtos da roça, e até a construção de casas de farinha, locais nos quais é elaborada a farinha de mandioca; são realizadas por meio da prática do “convidado”. Esta forma de trabalho é conceituada por Siqueira (2019) como:

Uma forma de trabalho coletivo, na qual, como a própria denominação sugere, alguns comunitários são convidados a realizar trabalhos de forma voluntária, recebendo em troca apenas refeições e, em alguns casos, bebida alcoólica. Esta atividade contribui para a manutenção da produção agrícola e, na maioria das vezes, acaba por se tornar um evento de diversão e entretenimento na comunidade (Siqueira, 2019).

Ressalta-se ainda que nessa espécie de mutirão quilombola, cuja estrutura central está na iniciativa local de ação coletiva e nas inter-relações entre os comunitários, há espaço para almoço, janta, chocolate com tapioca, além de brincadeiras com as músicas de samba cacete, cachaça, tudo com muito ritmo e animação dos trabalhadores (Lopes et al., 2020). Haja vista o exposto, considera-se que a agricultura familiar quilombola possui relações de trabalho que se realizam cotidianamente embasadas no princípio da reciprocidade, que como explica Sabourin (2012) do ponto de vista antropológico, se caracteriza por “[...] *relações e prestações que não impliquem a noção de cálculo ou que não privilegiam apenas a satisfação de interesses materiais privados que correspondem bem ao espírito do princípio de troca*”.

As descrições apresentadas se conectam com o comentário de Tiriba et al. (2020), sobre como povos e comunidades tradicionais amazônicos possuem economias e culturas que se distinguem do modo capitalista de produção da existência humana, destacando-se os quilombolas que repartem o território para garantir sua sobrevivência nas terras da floresta, banhadas por afluentes de muitos rios, riachos e suas fontes de água e de vida. Portanto fala-se, neste caso, na agricultura familiar, representada como uma agricultura camponesa, que Wanderley (2003) caracteriza como sendo baseada pela unidade de produção gerida pela família, expressado nas práticas sociais que implicam uma associação entre patrimônio, trabalho e consumo, no interior da família, e que orientam uma lógica de funcionamento específica. A autora ainda ressalta que para além do reconhecimento da centralidade da unidade de produção para a reprodução da família, têm-se na agricultura camponesa formas de colaboração dos seus membros no trabalho coletivo – dentro e fora do estabelecimento familiar.

Durão et al. (2018), comentam que atrelado aos proventos agrícolas das roças nessa comunidade, têm-se um número expressivo de famílias que complementam sua renda com os programas governamentais, dentre os quais o mais importante é o Bolsa Família, o que também foi visualizado no trabalho de Dias et al. (2020). Em sua investigação, Lopes et al. (2020) relatam sobre

a interação existente entre o bolsa família e as práticas agrícolas operacionalizada por meio da compra da alimentação, não somente de modo a garantir a força de trabalho do núcleo familiar, como também dos demais trabalhadores com quem esses agricultores contam como “convidados” à contribuição na atividade agrícola.

Um outro exemplo das consequências dos processos de invisibilização sofridos pelos quilombolas dessa comunidade é explanado por Siqueira (2019):

Quando chegam no ensino médio, os estudantes possuem a necessidade de se deslocarem para outra comunidade ou para a cidade, o que faz com que nem todos jovens da comunidade consigam continuar os estudos. A comunidade mais próxima que oferece o ensino médio é a Comunidade de Pau-de-Rosa, no município de Oeiras do Pará e fica a, aproximadamente, 8km de distância de Porto Alegre. O sistema de ensino é desenvolvido na modalidade modular (uma disciplina condensada por vez), no turno da noite, e apresenta dificuldades na continuidade das aulas, o que faz com que boa parte dos jovens opte por continuar os estudos na cidade. Para conseguirem se manter, esses jovens tendem a exercer alguma atividade remunerada paralela aos estudos, as moças, em sua maioria, em casa de família, exercendo atividades domésticas ou de babá e os rapazes nos comércios locais (como supermercados e lojas de confecções) desempenhando atividades mais braçais. Geralmente, moças e rapazes, ambos, trabalham de forma irregular, com remunerações extremamente baixas que variam entre R\$300,00 e R\$600,00 por mês (quando recebem) sem nenhum de seus direitos trabalhistas respeitados (Siqueira, 2019).

Lopes et al. (2020), frisam que sobre o quanto a invisibilização do Estado para com estes atores sociais, impacta de forma variada no cotidiano sociocultural e produtivo da comunidade e os leva a construir estratégias diferenciadas e resilientes de reprodução social e agrícola. Portanto, têm-se que com a pandemia, a invisibilização do Estado para com o território pode ter sido potencializada, assim como a formulação de estratégias pelos moradores, indica a necessidade

de uma nova leitura de mundo e a compreensão dos dilemas que estão por vir.

Localização da área de estudo. A comunidade investigada tem seu território incluído na região do Baixo Tocantins, abrangendo uma área de 36,024,20 km² que inclui 11 municípios, sendo Abaetetuba, Acará, Limoeiro do Ajuru, Moju, Tailândia, Barcarena, Baião, Cametá, Igarapé-Miri, Mocajuba e Oeiras do Pará. A região é composta por áreas de várzea, de ilhas (localizadas na bacia hidrográfica do Rio Tocantins) e de terra firme (Gonçalves, 2001).

Compondo a região amazônica, o Baixo Tocantins é um território que possui uma diversidade social composta por agricultores familiares, famílias assentadas da reforma agrária, terras indígenas e comunidades quilombolas. Possuindo um padrão de exploração baseado no extrativismo do açaí e da pesca e no desmatamento para a retirada da madeira e implantação de roças de mandioca, arroz, milho e feijão, predominante na região (Silva *et al.*, 2018). Acrescenta-se que para a região em estudo, a atividade de pesca artesanal é uma das atividades rurais que protagonizam a região e contribuem para dinamizar o espaço geográfico do território, em termos de produção e de circulação (Sombra *et al.*, 2021).

A intensificação no desenvolvimento de atividades agrícolas e econômicas sobre os recursos naturais no Baixo Tocantins de ação antrópica sobre o ambiente, apresenta uma complexa situação difusa de padrões diversos de exploração do território (Silva *et al.*, 2018). Como exemplos destes padrões de desenvolvimento que se instalaram na região como: transformações ambientais decorrentes das mudanças na vazão do Rio Tocantins; do interesse puramente economicista de indústrias madeireiras; da implantação de um polo de biocombustível e do complexo industrial mineral (Magalhães *et al.*, 2012). Sobre essas instalações que alteraram o meio biofísico, assim como as dinâmicas da agricultura familiar da região, têm-se a contribuição de Lopes *et al.* (2020):

*Estas transformações ambientais no Território do Baixo Tocantins se intensificaram durante a ditadura militar (1964-1985), no qual as indústrias madeireiras se multiplicaram pelo território, frente à imensa diversidade e oferta de matéria-prima que o mesmo possui. Já na década de 1970, a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí impactou de forma incisiva na vazão do Rio Tocantins. Na década seguinte, surgiu o projeto do complexo industrial Albrás Alunorte, no município de Barcarena, que abriga diversas multinacionais que realizam produção de alumínio a partir da Bauxita. Mais recentemente, nos anos 2000, através de incentivos federais, houve a expansão dos cultivos de dendê para produção de biocombustível, especialmente nos municípios de Tailândia e Moju, entretanto, este monocultivo já se faz presente em quase todos os municípios do Baixo Tocantins (Lopes *et al.*, 2020).*

Coleta de dados. Portanto, no anseio de alcançar o objetivo proposto para esta investigação, tem-se que as escolhas metodológicas para guiar a construção de dados inter-relacionados, ocorreram no período de janeiro de 2022 a março de 2022. Este período foi destinado a constituição de todo o ciclo de pesquisa, segundo Minayo (1994), se constitui de três fases: a exploratória da pesquisa, para a construção do projeto de investigação; o trabalho de campo, relacionado a toda coleta e construção de informações pertinentes a pesquisa, e a fase de tratamento do material, subdividida em ordenação, classificação e análise dos dados de campo.

Portanto, os aparatos metodológicos para a constituição desta pesquisa, ocorreu inicialmente através de um intenso levantamento bibliográfico, que consistiu em expor as principais ideias já discutidas por outros autores que trataram da problemática (Gerhardt *et al.*, 2009).

De forma complementar, têm-se como aparato metodológico desta pesquisa a observação participante que possui por objetivo intensificar a relação e o envolvimento entre pesquisadores e a comunidade, a partir da convivência com as famílias (Angrosino, 2009). Para este momento, soma-se todas as vivências realizadas junto

a agricultores familiares da comunidade em tempos anteriores e também durante a construção de dados, haja vista que a comunidade foi lócus também da disciplina de Estágio de campo de estudantes de agronomia da Universidade Federal do Pará, momento que envolveu a participação dos estudantes em atividades agrícolas, numa imersão na realidade vivenciada pelas mesmas.

Para o processo de coleta de dados foram realizadas ao todo 30 (trinta) entrevistas estruturadas a famílias distintas, segundo Gil (2008), desenvolve-se a partir de uma relação fixa de perguntas, com ordem e redação invariável para todos os entrevistados e possui vantagem por possibilitar o tratamento quantitativo dos dados, este tipo de entrevista torna-se o mais adequado para o desenvolvimento de levantamentos sociais. Estas entrevistas foram realizadas em diferentes unidades familiares que compõem a comunidade de Porto Alegre e aplicadas de forma presencial, sendo que para a segurança do entrevistador e dos interlocutores, seguiu-se todas as recomendações de segurança indicadas pela Organização Mundial de Saúde.

Quanto a definição do número de entrevistas, optou-se pela técnica de Amostragem *Snowball* ou Bola de Neve. Como abordado na literatura, este método é utilizado tipicamente em pesquisas sociais e consiste em definir uma amostra probabilística. Além disso, se opta por este método quando se trata de populações pouco estudadas, neste caso, identificar previamente, encontrar ou contatar se torna mais difícil, tendo em vista que não há nenhuma lista disponível na qual constam membros desta população (Vinuto, 2014).

Complementa-se a coleta de dados, com a realização de uma entrevista aberta, com o representante da associação de moradores da comunidade. A entrevista foi gravada e transcrita, utilizando os pressupostos da análise de conteúdo (Bardin, 1979), lidas, até que as ideias pudessem ser sistematizadas e delas extraídas as “unidades de significação” da investigação. As unidades de significação identificadas desta entrevista e discutidas mais à frente, recaem especialmente sobre a percepção de modificações das singularidades no

contexto da comunidade frente ao avanço da pandemia de COVID-19.

Os dados coletados em campo através dos questionários foram agrupados e analisados a partir do uso da plataforma eletrônica Microsoft Excel para que pudéssemos obter a quantificação por meio de gráficos e porcentagem das respostas dos moradores entrevistados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Caracterização socioeconômica dos entrevistados. Com relação ao sexo dos entrevistados, dezesseis (53%) dos trinta entrevistados eram do sexo masculino e o restante (47%) do sexo feminino. Com idade entre 27 a 80 anos e a maioria (43%) com a composição familiar de 4 a 6 pessoas por residência. Os moradores da comunidade também foram questionados sobre sua principal fonte de renda, dos 30 entrevistados, 24 (80%) disseram que sua principal fonte de renda vem da agricultura familiar, outro importante que permeia o cotidiano das famílias quilombolas de Porto Alegre são os proventos da previdência rural, 10% dos entrevistados gozam da aposentadoria rural como principal fonte de renda e outros 10% de trabalho estatutário. Segundo Lopes *et al.* (2020), a agricultura é proporcionada pela diversificação da produção através da manutenção dos cultivos na roça e nos quintais agroflorestais. Os autores ainda ressaltam que a manutenção destas atividades gera apoio a renda e alimentos aos aposentados, estabelecendo a ocupação dos espaços, os proprietários das unidades de produção ainda realizam a contratação de pessoas do território para as atividades agrícolas.

Apesar dos avanços da produção agrícola alcançados pela comunidade, Lopes *et al.* (2020), salientam que Porto Alegre é invisibilizada em relação ao acesso às políticas públicas, principalmente de educação, saúde, infraestrutura e que as atividades agrícolas necessitam de maior apoio. Os moradores dizem que enfrentam problemas de locomoção para o centro urbano mais próximo, pois a estrada a BR-422 dificulta o tráfego, pois não é asfaltada e em períodos de chuva torna-se ainda mais problemática.

Se tratando de nível de escolaridade, a pesquisa revelou que 50% dos entrevistados possuem o ensino fundamental incompleto e uma taxa muito pequena de pessoas que chegaram a concluir o ensino médio e superior, cerca de 10%. O baixo nível de escolaridade dos moradores da comunidade pode ser justificado como reflexo de desigualdade social, inviabilizando o acesso políticas públicas de direitos básicos de todo cidadão, como educação, saúde, segurança alimentar. Isso se agrava com a crise mundial de saúde e econômica causado pela COVID 19. Para Breitenbach (2021), as medidas de distanciamento fizeram com que famílias com baixos níveis de escolaridade e alta dependência da renda do trabalho enfrentassem redução do consumo, causando risco para sua segurança e soberania alimentar.

Para os autores Souza *et al.* (2021), a crise mundial de saúde somou-se com uma crise econômica que aumentou o índice de desemprego, desigualdade social e o risco de crise alimentar. Segundo Breitenbach (2021), em consequência dessa medida de isolamento social, ocorrem impactos sociais e econômicos negativos, de modo especial para famílias em vulnerabilidade social. O isolamento social vem acompanhado de limitações nas operações de comércio e distribuição de alimentos, impossibilitando o funcionamento de diversos estabelecimentos como feiras livres, restaurantes, bares e etc. Os problemas gerados pela pandemia implicam diretamente nas cadeias produtivas de alimentos, sejam os agricultores familiares e consumidores de baixa renda. Na comunidade de Porto Alegre, o estudo revelou que 57% dos envolvidos tem uma renda básica menor que um salário mínimo, 40% tem renda básica de até um salário mínimo e apenas 3% têm renda de 1 até 2 salários mínimos. Boa parte de suas rendas provém principalmente do trabalho na agricultura, a partir dos seus cultivos, e comercialização dos produtos, também de trabalhos informais, e/ou de benefícios sociais do governo. Muitas vezes, para muitas famílias os benefícios sociais como a aposentadoria rural ou o bolsa família são suas principais ou únicas fontes de renda, sobretudo no cenário imposto pela pandemia.

Em seu estudo, Mathis (2020) reforça que o Pará figura entre os estados mais vulneráveis do país, muito devido

às suas condições de renda, sanitárias, escolaridade, refletidas a partir da proporção populacional cadastrada no Cadun (Cadastro Único) que é como um “espelho da pobreza e vulnerabilidade”, ao serem observados os dados socioeconômicos. Ainda segundo o autor, a renda familiar (per capita) no Pará é de R\$ 209.42 (75% do valor da média brasileira, R\$ 279.77), sendo que a renda familiar daqueles em áreas rurais é de R\$ 138.95. A situação das famílias classificadas como grupos tradicionais é ainda mais grave em termos de renda, já que é de R\$ 114.69 (cerca de 55% da renda média dos integrantes do Cadun-Pará). E finaliza pontuando que para grupos específicos, há ainda maiores diferenças, pois, a renda familiar (per capita) das famílias quilombolas, das famílias ribeirinhas, por exemplo, está entre 105.50 R\$ e 106.27.

Outra importante informação é que 77% dos agricultores entrevistados da comunidade de Porto Alegre realizam a venda da produção agrícola direto no centro da cidade de Cametá, em pontos estratégicos de venda, como parada de ônibus ou feiras livres, 13% afirmaram que produzem apenas para a própria subsistência e 10% dos entrevistados vendem sua produção na comunidade (Figura 1), são esses os produtores de açaí que abastecem apenas o consumo local da comunidade. O cenário pandêmico levou governantes de todas as regiões do mundo a adotarem inúmeras medidas como forma de conter a pandemia. Os autores destacam a paralisação total ou parcial de inúmeras atividades econômicas, exceto das atividades essenciais e a suspensão das atividades escolares. Haja vista todas as transformações no cotidiano trazidas pela pandemia, isto nos forçou a repensar a “normalidade” e nos reorganizar dentro de nossas esferas pessoais e espaciais (Da Silva *et al.*, 2020).

As vendas diretas ao consumidor, à exemplo das feiras livres, são fundamentais para a reprodução destas famílias de agricultores, frequentemente em vulnerabilidade social (Ploeg, 2008). Os agricultores tiveram sua renda reduzida ou interrompida, as estratégias de combate ao contágio da doença tomadas pelo governo causaram a quebra das cadeias curtas, como feiras livres, supermercados, restaurantes e comércios que

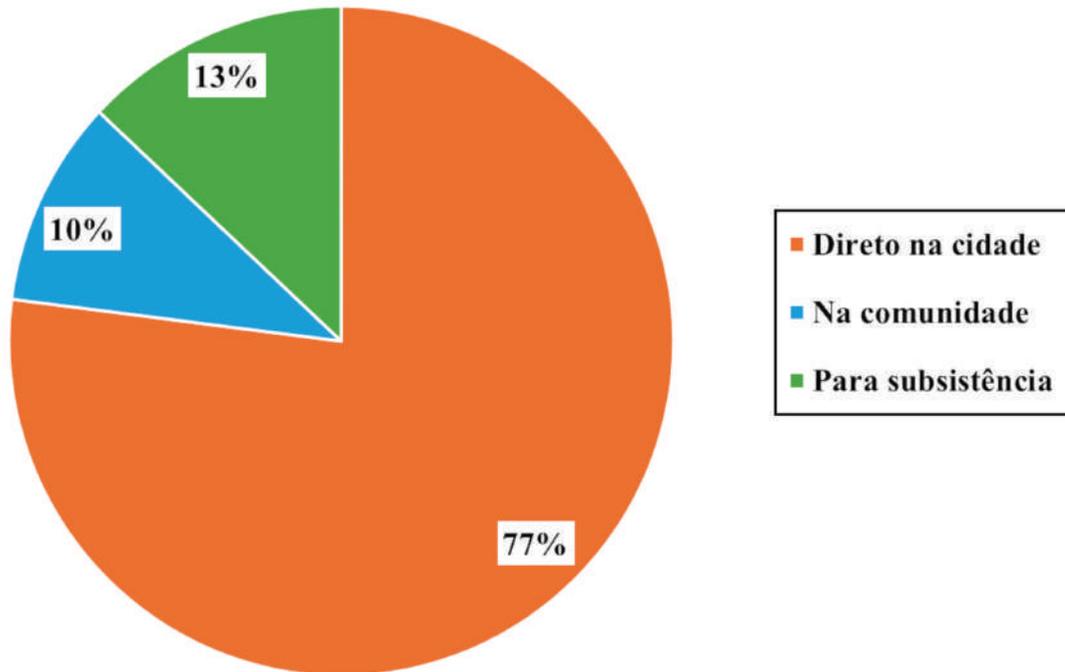


Figura 1. Destinação da produção dos agricultores da comunidade de Porto Alegre. Fonte: Elaborado pelos autores.

são considerados os principais pontos de escoamentos utilizados pelos pequenos agricultores.

A fome mundial aumentou em 2020 sob a sombra da pandemia de COVID-19. Depois de permanecer praticamente inalterado por cinco anos, a prevalência de desnutrição (PoU) aumentou de 8,4 para cerca de 9,9% em apenas um ano (FAO 2021). O Banco Mundial estima que a pandemia de COVID-19 empurrou entre 119 milhões a 124 milhões de pessoas para a pobreza extrema em 2020.

Foi possível verificar que parte significativa dos entrevistados afirmam trabalhar com a produção de farinha de mandioca (80%), tendo uma variação apenas com a produção de açaí (7%) e pimenta do reino (13%) que somam as principais produções agrícolas da comunidade (Figura 2). Segundo o IBGE (2019) a mandioca é a segunda maior cultura de área plantada no Pará, produzindo aproximadamente 3,711 toneladas, por ser uma cultura que exigem um baixo nível tecnológico e financeiro acaba sendo a principal opção dos agricultores locais. A expressividade da produção da mandioca na comunidade, também se relaciona com o fato desta fazer parte da base de alimentação diária dos agricultores, principalmente na forma da farinha de mandioca.

Cadeia socioeconômica, capitalismo e desigualdade social.

Para Leite e Silva (2021), o capitalismo é uma fonte de desigualdade social que ganha forças principalmente com os mais vulneráveis economicamente, as comunidades tradicionais, além de não ter como sobreviver dignamente, ainda trazem as mazelas de um passado de exclusão social. A comunidade de Porto Alegre, assim como outros povos mais vulneráveis, sofre o “esquecimento” por partes de políticas públicas do nosso estado, a pandemia por COVID 19 evidenciou diversas dificuldades já vivenciadas e agravadas com a crise no sistema de saúde e econômico. Com os decretos que afetaram o país de forma geral, os agricultores das comunidades se viram sem saída, tendo que enfrentar o medo e todos os riscos possíveis, por uma questão de sobrevivência, um dos integrantes da associação dos agricultores da comunidade quilombola ARQUIPA, em entrevista destacou em sua fala.

“Se você não tem como trabalhar para tirar o sustento para sua família, aí o negócio fica complicado porque o povo além de enfrentar uma guerra que é a pandemia ainda vai ter que enfrentar outra guerra que é a fome” (Entrevista 01, profissão: agricultor).

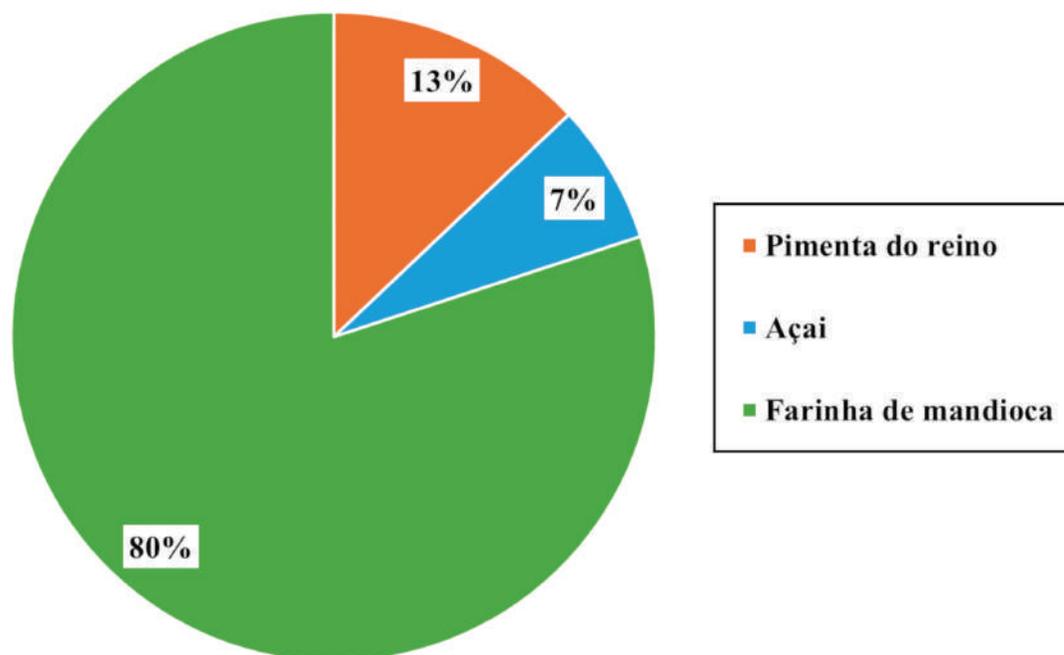


Figura 2. Principais cultivos agrícolas produzidos pelos agricultores entrevistados. Fonte: Elaborado pelos autores.

Verificou-se que 80% dos agricultores faziam algum tipo de trabalho coletivo antes da pandemia. E durante o agravamento da doença na região, a forma de trabalho tradicional dos agricultores da comunidade foi afetada diretamente com as medidas de combate instauradas no município, as tradições de trabalho cooperativo, como o mutirão, convidado, meio plantio e meia colheita, deixaram de fazer parte do cotidiano desses trabalhadores, e as atividades passaram a ficar mais restritas às famílias para evitar o contato com pessoas externas reduzindo assim o risco de contaminação.

“Nós paramos, todas as atividades aí que se desrespeito a parte esportiva, a parte cultural, religiosa [...] foi importante essa tomada de atitude, porque nós entendemos que no momento não era legal, não era viável ter aglomeração, então por conta disso que a gente tomamos essas medidas” (Entrevista 01, Profissão: Agricultor)

Mesmo com o trabalho restrito à coletividade familiar, muitos agricultores não pararam de produzir, pois em grande maioria a agricultura era a principal ou única fonte de renda da família, em entrevista, 53% disseram que não pararam suas atividades agrícolas por se verem sem

opção, por não terem outra fonte de renda. Para Veiga (1991) e Schneider (2003), a paralização das atividades desses agricultores poderia causar uma crise alimentar de alta proporção. Dos agricultores 33% pararam totalmente suas atividades, 3% diminuíram e outros 11% aumentaram por enxergarem uma oportunidade de oferta de seus produtos (Figura 3). Para Claudino (2020), produtores rurais na pandemia que tinham mais recursos e meios adotaram medidas para continuar tendo renda, a busca de pontos alternativos de comercialização, parcerias com vendedores e supermercados.

Foi observado que a dinâmica de escoamento da produção agrícola ficou comprometido durante as paralizações das viagens de transporte coletivo que eram realizadas rotineiramente para o centro de Cametá, aqueles que não possuíam veículo próprio foram os principais afetados, 69% afirmam que utilizam o transporte coletivo para levar sua produção até o centro da cidade, as viagens de ônibus da comunidade ficaram temporariamente proibidas e posteriormente voltaram a funcionar, porém com o número de passageiro reduzidos. Além disso, 17% dos entrevistados alegaram possuir veículo próprio em consequência não foram tão afetados por esse motivo e 14% transportam de moto a produção destinada para

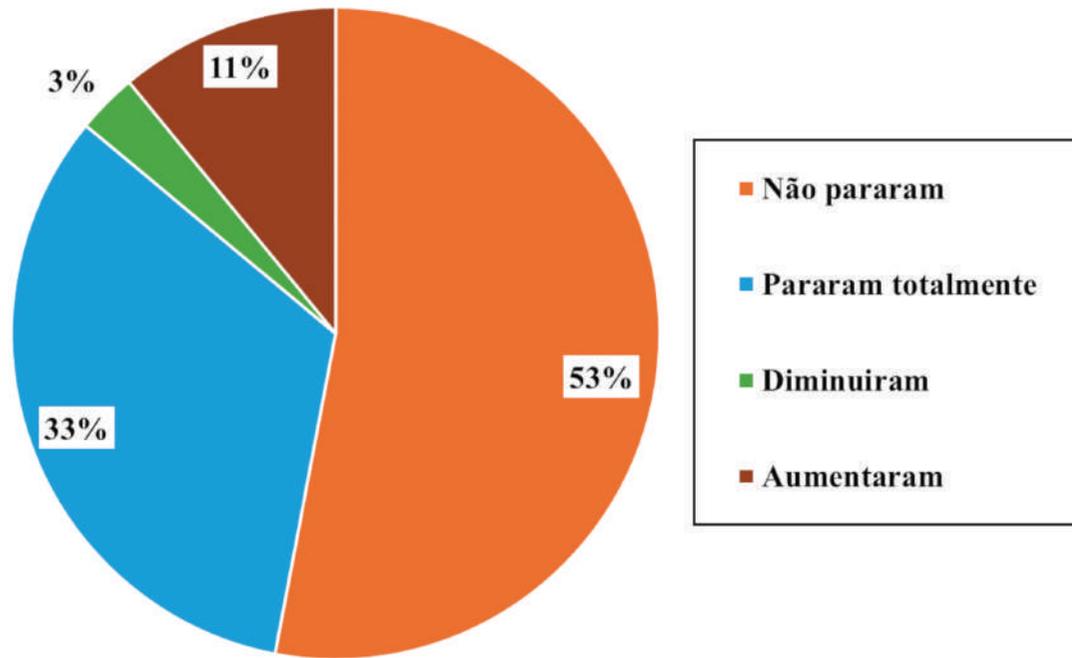


Figura 3. Influência do lockdown na atividade agrícola dos agricultores. Fonte: Elaborado pelos autores.

o próprio consumo (Figura 4). Diante deste panorama e considerando as demandas das populações tradicionais, percebe-se que muitas das medidas recomendadas por autoridades de saúde e outras instituições cabem melhor em contextos regionais, contudo, apresentam limitações as realidades particulares de moradores de comunidades tradicionais (Da Silva, 2020). Essas limitações podem ocasionar uma tragédia na segurança alimentar de comunidades, como o caso do quilombo de Porto Alegre comprometendo a garantia do direito humano à alimentação adequada (DHAA). Gurgel (2020), enfatiza uma ameaça concreta e imediata referente à segurança alimentar e nutricional (SAN) de populações mais vulnerabilizadas, particularmente povos e comunidades tradicionais. O número de pessoas que sofrem de fome crônica pode aumentar drasticamente, resultando no incremento global da insegurança alimentar e nutricional (InSAN).

A pandemia do Coronavírus alterou drasticamente as formas de se relacionar, estudar e trabalhar. Com isso, as diferentes atividades tiveram que ser remodeladas e adaptadas a essa nova realidade que impõe o distanciamento social e mudou os modos de consumo e produção, em diferentes contextos e espaços geográficos, ao redor do mundo (Nepomoceno, 2021). Na pesquisa

os agricultores foram questionados sobre a principal dificuldade enfrentadas por eles durante o período de isolamento social, 47% disseram que sentiram dificuldade para vender sua produção por se sentirem impedidos de ir até o centro da cidade, 30% alegam que o medo de sair de casa por temerem serem infectados e 23% disseram que foi por muitas vezes terem membros da família doente (Figura 5).

Além das medidas decretadas pelo município, a comunidade adotou algumas medidas internas para controlar a entrada e saída de pessoas, de acordo com uma das lideranças da associação de agricultores da comunidade foi feito um portão na ponte que dá acesso direto à comunidade. Em entrevista um dos associados relatou:

“A nossa comunidade está em uma região de ponto estratégico e diariamente tão passando gente aqui pela nossa comunidade, nós fechamos também a nossa comunidade para entradas de pessoas na comunidade e [...] com horário restrito a sair e entrar na comunidade, tivemos sérios problemas com isso porque as pessoas entendiam que não deveria ser dessa forma, mas também foi o [...] uma forma que nós encontramos de tentar barrar a doença” (Entrevista 01, profissão: agricultor).

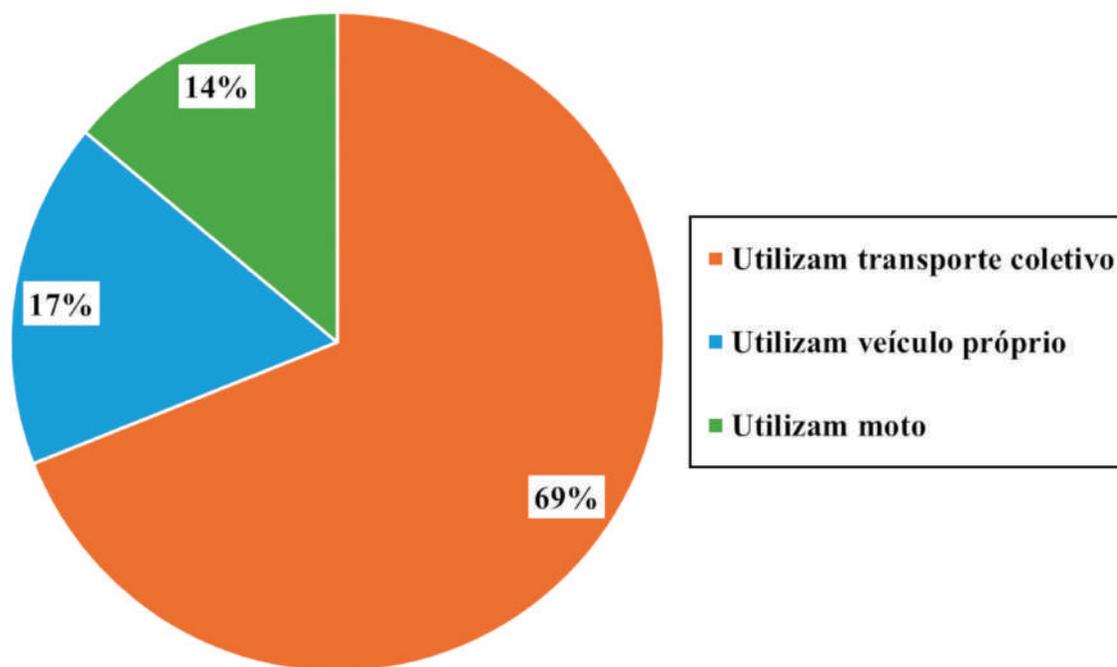


Figura 4. Forma de escoamento da produção. Fonte: Elaborado pelos autores.

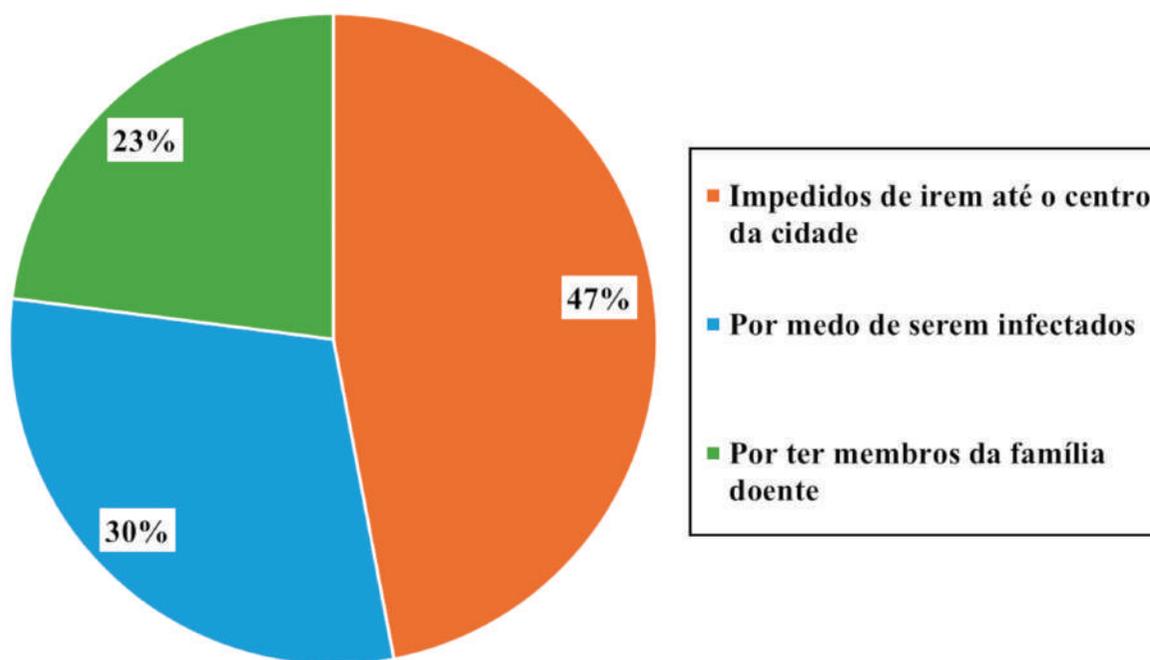


Figura 5. Principais dificuldades enfrentadas pelos agricultores durante o período de isolamento social. Fonte: Elaborado pelos autores.

A associação da comunidade, segundo relatos da liderança, mobilizou-se com algumas estratégias com a intenção de mitigar os efeitos da COVID-19, foram criadas ações de conscientização para influenciar os moradores a se manterem isolados em suas casas e seguindo as recomendações da organização mundial da

saúde, como o uso de máscara, higienização das mãos e evitar contato externo com outras pessoas que não fossem da família. Tentou-se por parte da associação a implantação de um portão, que chegou a ser muito contestado por moradores que não concordavam com a medida, principalmente aqueles que viviam em comu-

nidades vizinhas e precisavam passar pela comunidade para ter acesso à rodovia que liga ao centro de Cametá. Sem renda ou com a renda reduzida, muitos agricultores fortaleceram a importância do auxílio emergencial do Governo Federal no período de pandemia. Entre os entrevistados, 80% tiveram acesso ao auxílio, já 17% dos agricultores relataram dificuldades no acesso por não possuírem internet e nem equipamentos eletrônicos. De forma geral, o Coronavírus assolou ainda mais a pobreza e a vulnerabilidade social no meio rural. Os agricultores familiares tiveram suas produções afetadas, tanto pelas medidas sanitárias, como por questões de transporte, dificuldades de comercialização e armazenamento, fechamento de mercados tradicionais, disponibilidade de insumos e acesso ao crédito rural (IICA, 2020).

CONCLUSÕES

A agricultura familiar na comunidade quilombola de Porto Alegre tem enorme participação na manutenção da renda das famílias que a compõe, por ser a fonte de sobrevivência da maior parte dessas famílias, composta por cidadãos com baixo nível de escolaridade e com renda mensal inferior a um salário mínimo. Com a pandemia e as estratégias utilizadas pelos governantes esses pequenos produtores tiveram que se adaptar em um novo contexto para que não tivessem sua renda extinta.

As feiras livres e os comércios locais do centro da cidade de Cametá são os principais meios de escoamentos da produção agrícola desses produtores, com as medidas de distanciamento essas cadeias tiveram seu modo de funcionamento alterado ou paralisado, para além os agricultores da comunidade tiveram dificuldade para chegar até esses pontos de vendas pois a maioria fazia uso do transporte coletivo que tiveram paralisações e alterações nas logísticas.

Mesmo com números expressivos de contaminação por COVID-19 que causava medo e desespero e os diversos problemas abordados anteriormente, os agricultores não encerraram suas atividades agrícolas, porém tiveram que mudar sua forma cultural de produzir, os convidados e outros trabalhos coletivos deixaram de acontecer nesse

período e as atividades resumiam-se apenas as famílias em particular, medida essa tomada pelos próprios agricultores, assim como o fechamento da comunidade para entrada e saída de pessoas.

Vale ressaltar a importância de políticas públicas voltadas para agricultura familiar e povos tradicionais, no período de pandemia o auxílio emergencial alcançou expressivos números na comunidade, sendo importante amparo levando em consideração a crise no sistema de saúde e economia no país.

AGRADECIMENTOS

À comunidade quilombola de Porto Alegre, especialmente aos agricultores e agricultoras que fizeram parte deste trabalho, pela parceria e confiança depositada na realização dessa pesquisa, e à Universidade Federal do Pará.

LITERATURA CITADA

- Angrosino, M. 2009. *Etnografia e observação participante: Coleção pesquisa qualitativa*. São Paulo: Bookman Editora.
- Silva, J.C.B.; R. Amorim da Silva. 2021. A pandemia da COVID-19 e a acentuação das desigualdades sociais em diferentes territórios: uma análise de documentos de domínio público. *Revista Thema* [S. l.] 20:342-360.
- Breitenbach, R. 2021. Estratégias de enfrentamento dos efeitos da pandemia na agricultura familiar. *Desafio Online* 9(1):188-211.
- Brasil. Decreto Legislativo nº 6, de 2020. Reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/DLG6-2020.htm.
- Berkow, S., K. Virkstis, A. Herleth, K. Whitemarsh y L. Rewers. 2020. An Executive Strategy to Support Long-Term Clinician Engagement Amid the COVID-19 Pandemic. *The Journal of nursing administration* 50(12):616-617. DOI: <https://doi.org/10.1097/NNA.0000000000000946>
- Claudino, L.S.D. 2020. Impactos dos primeiros meses de pandemia de COVID-19 para a agricultura familiar

- paraense e como a agroecologia pode apoiar a superação. *Ambiente: Gestão e Desenvolvimento* 1(1):40-54. <https://doi.org/10.24979/ambiente.v1i1.832>.
- Costa, C.L.J. 2020. Pandemia do coronavírus e o seu impacto na população negra. *Pandemias e pandemônio no Brasil*. São Paulo: Tirant Lo Blanch. 279-287. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3499.014>
- Da Silva, A.M.E., A. Jeovane da Silva Ferreira, J. Luís Joventino do Nascimento y F.L. Freitas Rafael. 2020. Notas sobre pandemia e saúde quilombola: experiências a partir do Ceará. *Cadernos De Campo* (São Paulo - 1991) 29:235-243.
- Da Silva, L.H., M. Medeiros, F. Bentes Tavares, I. Amaral Dias y A. das Graças Ferreira Frazão. 2020. PNAE em tempos de pandemia: desafios e potencialidades para sua operacionalização no contexto amazônico. *Mundo Amazônico* 11(2).
- Da Silva, R.J., J.P. Gomes dos Santos, F.M. Freitas-Viana, J.L. Larrosa-Cheiro, y A. May Steward. 2020. Impactos da COVID-19 nas cadeias produtivas e no cotidiano de comunidades tradicionais na Amazônia Central. *Mundo Amazônico* 11 (2):75-92.
- Dias, O.C., M.R. Lopes, A. Aguiar, M. Medeiros y A. Tecchio. 2020. Quintais Agroflorestais Amazônicos: o protagonismo das mulheres quilombolas no Baixo Tocantins, PA. *Desenvolvimento Rural Interdisciplinar* 3(1):46-73.
- Durão, H.L.G., C.G. Moraes y E.G. Moraes. 2018. *Diagnóstico socioeconômico da produção de mandioca na comunidade de Porto Alegre, município de Cametá, Pará*. En: Anais do XVII Congresso Brasileiro de Mandioca.
- Escobar, A.L. 2020. A interiorização da pandemia: Potenciais impactos em populações em situação de vulnerabilidade na Amazônia. *Revista NAU Social* 11:137-143. DOI: <https://doi.org/10.9771/ns.v1i20.36614>.
- FAO, IFAD, UNICEF, WFP e OMS. 2021. *Situação da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo 2021. Transformar os sistemas alimentares para a segurança alimentar, nutrição melhorada e dietas saudáveis a preços acessíveis para todos*. Roma: FAO. DOI: <https://doi.org/10.4060/cb4474en>.
- Gurgel, A., C.C. dos Santos, K.P.S. Alves, L.M. Araújo y V.S. Leal. 2020. Estratégias governamentais para a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável no enfrentamento à pandemia de COVID-19 no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 25: 12: 4945-4956. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320202512.33912020>.
- Gerhardt, T.E., I.C.A. Ramos, D.L. Riquinho y D.L. dos Santos. 2009. Estrutura do projeto de pesquisa. Métodos de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS. p.67-90. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>.
- Gil, A. 2008. Métodos e técnicas de pesquisa social / Antonio Carlos Gil. São Paulo: Atlas 1.
- Harris, M. 2009. 'Sempre Ajeitando' (*Always Adjusting*): An Amazonian way of being in time. En: Adams, C., Murrieta, R., Neves, W. and Harris, M. (eds.) *Amazon Peasant Societies in a Changing Environment*. DOI: https://doi.org/10.1007/978-1-4020-9283-1_5.
- ILO - International labour organization 2020. COVID-19 crisis and the informal economy. Switzerland: ILO.
- IBGE - Instituto brasileiro de geografia e estatística 2019. PAM - Produção Agrícola Municipal: IBGE, 2019. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9117-producao-agricola-municipal-culturas-temporarias-e-permanentes.html?edicao=29008&t=destaques>.
- IICA 2020. Instituto interamericano de cooperação para a agricultura. La agricultura familiar y el abastecimiento agroalimentario ante la pandemia COVID-19 en América Latina y el Caribe. San José: IICA.
- IBGE- Instituto brasileiro de geografia e estatística. Censo 2010 - resultados preliminares. http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_para.pdf.

- Komatsu, B.K. y N. Menezes-filho. 2020. Simulações de impactos da COVID-19 e da renda básica emergencial sobre o desemprego, renda, pobreza e desigualdade. *Policy Paper* 43.
- Lakner, C., N. Yonzan, D.G. Mahler, R.A.C. Aguilar y H. Wu. 2021. Estimativas atualizadas do impacto do COVID-19 na pobreza global: olhando para 2020 e as perspectivas para 2021 Em: *Blogs do Banco Mundial* [online]. Washington DC. [citado em 6 de maio de 2021]. <https://blogs.worldbank.org/opendata/updated-estimates-impact-covid-19-global-poverty-looking-back-2020-and-outlook>.
- Leite, C.M.B. y da Silva, H.H.C. 2021. Covid 19, capitalismo e exclusão social na comunidade quilombola. *Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos* 1(1):20-30.
- Leopoldo, E. 2020. O mundo, a Amazônia e a região de fronteira no fio da navalha: o Sul e Sudeste do Pará em tempos da pandemia do coronavírus. Unifesspa: Painel Reflexão em tempos de crise. *Espaço e Economia, Revista brasileira de geografia econômica* <https://acoescovid19.unifesspa.edu.br/images/conteudo/Texto_Prof._Eudes_Leopoldo.pdf>.
- Lima, D. 1999. A construção histórica do termo caboclo: Sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. *Novos Cadernos NAEA* 2:5-32. <https://doi.org/10.5801/ncn.v2i2.107>.
- Loeblein, G. 2020. Como ficaram as exportações do agronegócio brasileiro no primeiro trimestre. S.I. Jona GauchazH. Publicado 08 de abr. 2020. <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/giseleloeblein/noticia/2020/04/como-ficaram-as-exportacoes-do-agronegociobrasileiro-no-primeiro-trimestre-ck8rxl0vy017d01ntinggui2e.html>>
- Lopes, M.R., M. Medeiros y A. Tecchio. 2020. A aposentadoria rural e a construção da autonomia feminina no território Quilombola de Porto Alegre, Pará. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas* 40(2):347-365.
- Magalhães, S.B., A. Simões, M. Piraux, C.V. dos Santos, F.B. Tavares, P.F.S. Martins y N.A.L. Júnior. 2012. Transformações sociais e territoriais no ambiente rural da Amazônia Oriental. *Encontro Nacional da ANPPAS*. 6.
- Mathis, A. 2020. Cadastro Único, espelho da pobreza e vulnerabilidade social no Pará, e as possibilidades de seu uso como instrumento de gestão no combate da pandemia de Covid-19. *Papers do NAEA* 29:1.
- Minayo, M.C.S. 1994. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S (Orgs), *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes (21a ed.): 9-29.
- Nepomoceno, T.A.R. 2021. Efeitos da pandemia de covid-19 para a agricultura familiar, meio ambiente e economia no Brasil. *Boletim de Conjuntura (BOCA)* 7(21):86-96.
- OMS - Organização Mundial da Saúde. 2022a. <https://covid19.who.int/>.
- OMS - Organização Mundial da Saúde. (2022b). Disponível em: <https://covid19.who.int/region/amro/country/br/>.
- OPAS - Organização Pan-americana da Saúde; Organização Mundial da Saúde (OMS). 2020. Folha informativa - Covid-19 (doença causada pelo novo coronavírus). Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875.
- Petetin, L. 2020. A crise do COVID-19: uma oportunidade para integrar a democracia alimentar nos sistemas alimentares pós-pandemia. *European Journal of Risk Regulation* 11 (2):326-336. <https://doi.org/10.1017/err.2020.40>
- Ploeg, J., D. Van Der. 2008. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre (RS): Editora da UFRGS 9:85-95
- Pinto, B.C.M. 2010. *Filhas das Matas: práticas e saberes de mulheres quilombolas na Amazônia Tocantina*. Belém: Açáí. 350.
- Pinto, B.C.M. 2013. *Samba de Cacete: ecos de tambores africanos na Amazônia Tocantina*. En: Sonora Brasil (Org), Tambores e Batuques: Circuito 2013-2014, Rio de Janeiro: Sesc, Departamento Nacional.
- Sabourin, E. 2012. Teoria da reciprocidade e análise de políticas públicas rurais. *Ruris* 6 (2):53-90.
- Silva, J.C.B y R.A. da Silva. 2021. A pandemia da COVID-19 e a acentuação das desigualdades sociais em diferentes territórios: uma análise de

- documentos de domínio público. *Revista Thema* 20Especial:342-360.
- Schappo, S. 2021. Fome e insegurança alimentar em tempos de pandemia da COVID-19. *SER Social* 23(48):28-52.
- SESPA – Secretaria de Estado da Saúde do Pará - Covid 19 – Pará. 2022. Disponível em: <https://www.covid-19.pa.gov.br/#/>.
- Silva, L.H., M. Medeiros, F.B. Tavares, I.A. Dias y A. das G. Frazão. 2020. PNAE em tempos de pandemia: desafios e potencialidades para sua operacionalização no contexto amazônico. *Mundo Amazônico* 11 (2):17-36. DOI: <https://doi.org/10.15446/ma.v11n2.88519>.
- Silva, C.W., F.B. Tavares y L.D. Copetti. 2018. Feiras de economia solidária e mercados locais da agricultura familiar no Baixo Tocantins (Pará). *RTPS-Revista Trabalho, Política E Sociedade* 3(4):235-264.
- Silva, A.M.E., A.J.S. Ferreira, J.L.J. Nascimento y F.L.F. Rafael. 2020. Notas sobre pandemia e saúde quilombola: experiências a partir do Ceará. *Cadernos de Campo* (São Paulo-1991) 29:235-243. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v29isuplp235-243>.
- Silva, J.R., J.P.G. Santos, F.M.F. Viana, J.R.L. Cheiro y Â. M. Stewart. 2020. Impactos da COVID-19 nas cadeias produtivas e no cotidiano de comunidades tradicionais na Amazônia Central. *Mundo Amazônico* 11(2):75-92. DOI: <https://doi.org/10.15446/ma.v11n2.88436>.
- Silveira, D.S. 2020. Dupla perversidade do efeito pandêmico sobre comunidades quilombolas. *Áskesis-Revista dos discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar* 9(1): 132-142.
- Schneider, S. 2003. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. *Revista brasileira de ciências sociais* 51:99-192.
- Siqueira, P.B.L. 2019. *Juventude rural e organização social: uma análise da associação de remanescentes de quilombo de Porto Alegre, Cametá/PA*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Agronomia) - Faculdade de Agronomia, Universidade Federal do Pará, Cametá.
- Soares, D.S., S.B. Damasceno, C.J.N. Castro, A. Simões, M. Piraux, L.H. Ritter, A.G.R. Aguiar, K.P. Silva, F.E.V. Costa y F.E.V. Quaresma. 2021. Produção do espaço agrário e dinâmicas territoriais na Amazônia Tocantina: transporte rural-urbano, agricultura familiar e ambientes em Abaetetuba (PA). En: Oliveira, R.J. (ed.). *Extensão rural: práticas e pesquisas para o fortalecimento da agricultura familiar. Guarujá, SP*. Científica Digital 1:579-600.
- Soendergaard, N., L. Gilio, C. Dias de Sá, M. Sawaya Jank. 2020. Impactos da COVID-19 no agronegócio e o papel do Brasil. Insper- Centro do Agronegócio Global. Texto para discussão Nº 2. <https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2020/06/impactos-da-covid-19-no-agronegocio-e-o-papel-do-brasil-vf-a.pdf>
- Souza, F.N.J.B., M.S. Bernardes, C.R. Vieira., P.M.S.B. Francisco., L.M. León., D.F.M. Camargo y A.M.S. Corrêa. 2021. Segurança alimentar no Brasil no pré e pós pandemia da COVID-19: reflexões e perspectivas. *InterAmerican Journal of Medicine and Health* 4(7):1-10. DOI: <https://doi.org/10.31005/iajmh.v4i.160>.
- Tiriba, L., M.C.P. Rodrigues y J.L.C. Antunes. 2020. Pandemias, pandemônios e lutas entre capital e trabalho na Amazônia. *Trabalho Necessário* 18(37).
- Wanderley, 2003b. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. *Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro* 11 (2): 42-62.
- Veiga, J.E. 1991. O desenvolvimento agrícola. São Paulo: Hucitec/Edusp.
- Vinuto, J. 2014. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas* 22 (44): 203-220.